

UMA ANÁLISE DO VALOR E CUIDADO DA CRIANÇA:

Um Estudo de Mateus 19. 13-15 e Provérbios 22.6

Thaís Iasmily Rodrigues Porta Schütz¹

Nilton Maurício Martins Torquato²

RESUMO

A crescente demanda de crianças em situação de exclusão social tem repercutido na sociedade dos dias atuais. Muitas vezes não possuem uma base sólida familiar, são excluídas pela sociedade simplesmente por questões financeiras, étnicas, cor, sexualidade, religião, entre outros. Esse tipo de contexto pode ocasionar no jovem e na criança uma vulnerabilidade social que resulta numa autoestima totalmente comprometida, inferioridade, incapacidade e desvalorização sem o reconhecimento mínimo que as façam crer em seu próprio potencial. Mesmo que já existam alguns Projetos Sociais com o intuito de educar esses jovens e crianças, alguns têm apenas proporcionado um olhar mais acadêmico para o jovem, sem a preocupação do cuidado pessoal e emocional do mesmo. Por isso, este artigo tem como objetivo, mediante os textos de Mateus 19.13-15 e Provérbios 22.6, analisar o valor da criança e do jovem de forma bíblica, ressaltando o apoio e cuidado com os mesmos de uma forma mais pessoal e significativa, e não apenas acadêmica. O jovem e a criança de hoje necessitam de um cuidado mais pessoal, que vá trabalhar sua personalidade, emoções e escolhas, ou seja, o indivíduo num todo.

Palavras-chave: Cuidado; Valor; Criança.

ABSTRACT

The growing demand of children in a situation of social exclusion has had repercussions on today's society. Often they do not have a solid family base, they are excluded by society simply for financial, ethnic, color, sexuality, religion, among others. This type of context can cause a social vulnerability in the young person and in the child that results in a totally compromised self-esteem, inferiority, incapacity and devaluation without the minimum recognition that makes them believe in their own potential. Even though there are already some Social Projects with the aim of educating these young people and children, some have only provided a more academic look at young people, without concern for their personal and emotional care. Therefore, this article aims, through the texts of Matthew 19.13-15 and Proverbs 22.6, to analyze the value of children and young people in a biblical way, emphasizing support and care for them in a more personal and meaningful way, and not just academic. Today's young people and children need more personal care, which will work on their personality, emotions and choices, that is, the individual as a whole.

Keywords: Care; Value; Child.

¹Bacharelada em Teologia na Faculdade Teológica Betânia (FATEBE). E-mail: iasmilythaos@gmail.com

²Mestre em Educação e Novas Tecnologias (UNINTER), Graduado em Teologia (Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil e FABAPAR) e em História (UFPR), Pós-graduado em Gestão e Educação Ambiental (Uniasselvi). Professor da Faculdade Teológica Betânia em Curitiba. E-mail: profniltontorquato@gmail.com

INTRODUÇÃO

Na atualidade, há um considerável número de crianças em situação de exclusão social. Na tentativa de educar essas crianças e jovens, muitas vezes, as exigências das instituições são feitas sob uma ótica mais acadêmica, não mensurando a importância do cuidado pessoal destes.

Assim, o objetivo deste artigo é o de analisar o valor da criança e do jovem de acordo com a fala de Jesus em Mateus 19.13-15, fazendo relação com o cuidado que precisa ser conferido ao jovem, conforme Provérbios 22.6, para que haja apoio e cuidado de uma forma mais pessoal e significativa, e não apenas acadêmica.

Para este fim, será necessário abordar nesta pesquisa a realidade da criança na época respectiva bíblica, contrapondo com a realidade nos dias de hoje. Em um segundo momento, será realizada uma análise semântica do texto de Mateus 19.13-15, com o intuito de revelar o valor de uma criança para Jesus e seu Reino. E, por último, será ressaltado o texto de Provérbios 22.6 em favor do cuidado integral da criança e do jovem.

1. ALGUMAS REALIDADES DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL

De acordo com Sarmiento (2010, s.p.) a exclusão social das crianças toma várias formas. Algumas estão enraizadas nas condições materiais das famílias e nas condições econômicas da sociedade, mas outras estão relacionadas com as relações sociais, sejam intergeracionais e intrageracionais. Uma forma de exclusão social corresponde aos modos como as crianças pobres são marginalizadas por falta de recursos materiais. Outra, reporta-se aos modos pelos quais as crianças são excluídas das principais decisões dentro ou fora dos contextos familiares, de tal modo que as suas preferências e desejos não são reconhecidas pelos adultos.

Sarmiento (2010, s.p.) ainda continua sua fala, e cita alguns fatores que causam a exclusão social, como: Migrações e restrição de direitos, crianças imigrantes, crianças filhas de emigrantes, guerras, conflitualidades e exílios, fatores linguísticos, religiosos, culturais, pobreza infantil, exploração do trabalho, abandono,

negligência, violência e maus-tratos intrafamiliares, abuso sexual, exposição a violência conjugal e ausência de participação nas decisões familiares do seu interesse.

Para um acompanhamento mais de perto com essa realidade, Lia Junqueira, em seu livro *Abandonados* (S.A, p. 77), relata sobre algumas experiências que viveu ao longo de seu trabalho em defesa do menor abandonado nas ruas de São Paulo.

[...] De um lado a rua acena com a liberdade; não existe horário, é um lugar lúdico. Por outro lado, é extremamente perigoso. São crianças e adultos ao mesmo tempo esses seres humanos que encontramos. Não podemos considerá-las crianças, porque não tiveram oportunidade para tanto, não exercitaram seu papel de criança, pois na mais tenra idade já eram responsáveis pela própria sobrevivência. Nunca tiveram quem as protegesse, já na saída da primeira infância começaram a assumir atitudes de adultos. Quando poderiam estar brincando, protegidas, eram obrigadas a proteger um irmão menor que elas. O que elas são, depende mais do referencial de cada um que com elas conversa. (JUNQUEIRA, S.A, p. 77).

Junqueira também relata a exploração nas ruas aos pequeninos:

Este pequeno vendedor dos faróis está sendo constantemente roubado. Trabalha de sol a sol sendo cruelmente explorado pelos adultos. Ele inicia no crime como vítima. Mas enquanto vítima ninguém o percebe. [...] estas crianças estão acostumadas a esperar que alguém lhes dê aquele tênis velho, aquela calça usada. Mas de repente ele fica cansado de ser tão diferente das demais crianças e ainda muito cedo aprende a tirar das outras aquilo que então lhe era dado de esmola. (JUNQUEIRA, S.A, p. 85).

Ainda em sua fala, Lia Junqueira (S.A, p. 91) deixa claro que uma sociedade que convive com velhos mendigos e crianças abandonadas à própria sorte nas ruas das cidades mais ricas do país, é, sem dúvida, uma sociedade deteriorada, uma sociedade doente. Uma sociedade que delimita espaço às suas crianças, encurralando-as nas praças públicas, e, acima de tudo, uma sociedade irresponsável.

Oliveira (S.A, p. 42), também aponta algumas razões que podem levar a criança a preferir as ruas. São pequenas diferenças, como a relação tumultuada com os pais, por exemplo: brigas, violências e abandono. Os vícios carregados geneticamente dos pais para a criança, ainda como feto, podendo resultar em pequenos danos em sua estrutura psicológica. O menino de rua pode ter também uma autoestima baixa e uma concepção do mundo distorcida, possivelmente por ter sido agredido e abandonado desde o seu nascimento.

Medeiros e Gontijo (2007, p. 130) declaram que o processo de exclusão social vivenciado por milhares de famílias brasileiras acaba por determinar a situação de risco social e pessoal presente no cotidiano de muitas crianças e muitos adolescentes, já que os riscos pessoais e sociais são possíveis fatores que podem prejudicar o processo de crescimento e desenvolvimento da criança ou mesmo limitar sua qualidade de vida. Esses fatores encontram-se presentes nas condições das crianças e dos adolescentes que estão nas ruas, vítimas da negligência ou do abandono, vítimas da exploração do trabalho, do tráfico de drogas, da prostituição, vítimas de violência física, mental, sexual, doméstica, familiar ou em situação de conflito.

Isto posto, muitas dessas crianças em situação de exclusão social acabam sendo deixadas de lado, o jovem e a criança acabam perdendo sua identidade, e muitos não percebem seu valor e fecham os olhos para o cuidado necessário. Mesmo quando colocadas em instituições educativas, muitas vezes, apenas se preocupam com o que ambas podem oferecer, se perde a noção de seus valores, e deixa-se de lado o indivíduo como um todo.

2. A REALIDADE DA CRIANÇA NA SOCIEDADE ISRAELITICA

Diante do olhar secundário para o cuidado pessoal e emocional de crianças e jovens que se estabelece na sociedade atual, se tornou necessário o presente estudo que ressalta através das Escrituras o valor de jovens e crianças, e se é necessário o cuidado com os mesmos. Com isso, neste ponto será abordado a visão e realidade da criança no Antigo e Novo Testamento.

Segundo Champlin (2001, p. 962), uma criança era vista como uma bênção de Deus, ao passo que ter muitos filhos era considerado favor divino, e a esterilidade, menosprezada. Contudo, existia o fato de a criança muitas vezes ser vendida como escrava ou entregue como pagamento de dívidas (2 Reis 4.1; Isaías 50.1). O pai hebreu exercia poder ilimitado sobre seus filhos, independente do sexo; como escolher um cônjuge ou anular o voto sagrado da filha.

Coleman (1991, p. 84-84) também concorda com Champlin, e afirma que havia a valorização da família e do nascimento de uma criança, principalmente em

uma época a qual tinha complicações fatais no parto, as crianças em geral, eram recebidas com alegria, pois no decorrer de sua vida os pais procuravam ter um bom relacionamento para transmitir da melhor maneira a fé que possuíam. Contudo, existem alguns métodos de controle de natalidade recomendados pelos próprios rabinos; como a interrupção do coito ou esponjas embebidas em suco de frutas cítricas.

Para Vaux (2004, p. 64), as famílias judias preferiam sobretudo o nascimento de meninos, os quais perpetuavam a linhagem e o nome, preservando o patrimônio. As filhas eram menos estimadas: elas deixavam a família ao contrair matrimônio, de forma que não era por seu número que se avaliava a força de uma casa.

Havia também, segundo Coleman (1991, p. 91), superstições para se conseguir um bebê entre as judias. O que não espanta, dada a pressão pela família para conseguir um herdeiro, algumas até partiam para o lado da magia, buscando adoração a deuses pagãos, ou até nos efeitos mágicos das mandrágoras. Não se sabe ao certo quais são seus efeitos, mas, ao que parece, viam na erva um afrodisíaco. No entanto, é possível que pensassem que as ervas favoreciam na concepção (Gênesis 30.14-18). Uma curiosidade que Coleman cita é o uso de colares com pedrinhas usados pela mãe, como se fosse um amuleto para espantar possíveis abortos. Outro fator importante é a idade adulta da criança judia, Gower (2002, p. 63) vai dizer que o menino era reconhecido com idade adulta aos treze anos de idade.

Vaux (2004, p. 66-67) discorre sobre outro fator importante, a relação do nome da criança. Como entre os povos primitivos, o nome em todo o antigo oriente define a essência de uma coisa, nomeá-la é conhecê-la, e, portanto, ter poder sobre ela. Como o nome define a essência, revela o caráter e o destino daquele que o tem. O nome vem a ser uma esperança, ou um símbolo que se procura decifrar com etimologias afins.

Coleman (1991, p. 85-86) assegura que quando os pais iam dar o nome para os filhos procuravam escolher um nome apreciado pelos familiares, pois era comum os filhos receberem os nomes dos avós. Muitos pais preferiam dar nomes que significavam uma declaração de fé - como por exemplo Jônatas, "concedido por Deus". Quanto ao sobrenome, não se tinha o hábito até o Novo Testamento, onde

alguns começaram a usar o local, o nome do pai ou a atividade que praticavam para uma melhor identificação. Exemplos: José de Arimatéia, Jesus bar “filho de” Jonas e João Batista.

Além disso, Gower (2002, p. 62) relata que o ato de dar o nome para uma criança acompanhava o ato da circuncisão (acontece no oitavo dia de nascimento e consiste em remover o prepúcio do pênis humano - com propósito de estabelecer aliança entre Deus e os israelitas). Isso aconteceu com Jesus (Lucas 2.21). O nascimento e o nome eram tão importantes que os pais passaram a ser chamados de “pai de x” e “mãe de y”.

Sobre a questão de primogenitura, Coleman (1991, p. 86) sustenta a ideia de que o filho mais velho usufrui de direitos e privilégios que eram negados aos outros garotos, pois era o principal herdeiro e daria continuidade ao nome da família. Além disso, esperava que o filho mais velho fosse o líder espiritual, o administrador dos bens e do interesse familiar. Isso causava ciúmes e ódio, podendo acontecer mortes prematuras entre os irmãos. Todavia, no Novo Testamento não existe nenhuma menção direta da prática do direito de primogenitura, a não ser em Hebreus 12.16 - que faz uma referência ao Antigo Testamento - e o caso da parábola do filho pródigo a qual Jesus conta, dando a entender o ressentimento demonstrado pelo irmão mais velho ao perceber que o irmão mais novo receberia mais bênção que ele.

No caso de gêmeos, Vaux (2004, p. 65) relata que o primogênito era o que via primeiro a luz, porque foi o primeiro a sair do seio materno. Porém, para ele a primogenitura poderia ser perdida como fruto de castigo por uma falta grave, como foi o caso de Rúben depois do incesto (Gênesis 35.22).

Já as meninas, Champlin (2001, p. 962) alega que a mãe era sua treinadora, sendo supervisionada até o casamento. Em relação aos filhos ilegítimos, eles não possuíam direito à herança (Gênesis 21.10; Gálatas 4.30), não recebiam qualquer treinamento formal e eram excluídos e desprezados da congregação (Deuteronômio 23.2; Juízes 11.2).

Sobre a adoção de filhos, conforme é informado pelos documentos de Nuzi, havia o costume de adotar filhos, o próprio Abraão adotou um herdeiro (Gênesis 15.13). Embora não houvesse legislação formal, até onde se sabe, os casos de

adoção ocorriam em um ambiente estrangeiro - como foi o caso de Moisés, adotado pela filha do Faraó (Êxodo 2.10) e o caso de Ester, adotada por Mordecai na Babilônia (Ester 2.7-15). Em alguns casos, os adotados já eram descendentes da mesma linhagem. Conforme as referências neotestamentárias, em Romanos 8.15 e Gálatas 4.5 a sociedade romana praticava a adoção regulamentada e já prevista na lei, conferindo a posição de plena filiação (CHAMPLIN, 2001, p. 962).

Em relação à família, Coleman (2017, p.32), deixa claro que o lar judeu da época era onde todos viviam felizes. Porém, era normal haver conflitos. Entretanto, de forma geral, a família continuava sendo base principal da sociedade Israelita.

A maioria das famílias considerava o pai um chefe compassivo, diante de quem todos os outros teriam que se curvar. Mas o fato é que a maioria dos israelitas amava seu pai e era profundamente leal a ele. Ao chefe da família se deve ter disciplina e respeito. Aliás, o termo hebraico que significa pai é *baal*, “Senhor”. Apesar de sua autoridade, ele não devia agir como tirano, e embora o marido pudesse até ser um ditador em relação à sua esposa, ele observava os princípios divinos sobre o amor, e deixava a mulher livre para tomar decisões por si mesma (COLEMAN, 2017, p. 33).

O chefe da família tinha a responsabilidade de prover as necessidades da esposa. Se não o fizesse, seria considerado pior do que um incrédulo, a não ser que fosse fisicamente incapacitado. Outra prática habitual do pai, era passar aos filhos suas convicções religiosas e seus valores sociais, o que ele fazia no decorrer de suas atividades normais da família. Ele lhes transmitia sua visão de vida, de maneira fácil e natural, durante as refeições, ou trabalhando no campo (COLEMAN, 2017, p. 34).

Já a mulher israelita, era treinada desde a infância para se tornar esposa e mãe. Assim, ela aprendia a cozinhar, a costurar, a cuidar dos filhos e a trabalhar nos campos, para que pudesse desempenhar seu papel de esposa da melhor maneira possível. Isso não a impossibilitava de exercitar suas próprias iniciativas, para conseguir deixar sua marca na sociedade. Contudo, as mulheres não recebiam tratamento igual ao dos homens. Se uma delas cometesse adultério, por exemplo, o marido poderia apresentar uma acusação formal contra ela (Números 5.12). Mas se

fosse o contrário, a mulher não poderia fazer quase nada, pois dispunha de poucos recursos legais (COLEMAN, 2017, p. 36).

Sobre a educação das crianças no Antigo Testamento, Coleman (2017, p. 129) lembra que muitos israelitas recebiam uma boa educação na área de letras e filosofias, graças à influência de povos vizinhos. Entretanto, eles conservavam sua herança religiosa judaica e valorizavam a educação porque ela também era essencial para alcançar esse objetivo. Desde a liderança de Josué, o povo já dominava a leitura, já que todos teriam que escrever a lei nos umbrais da casa (Deuteronômio 6.9). Josué também não teve dúvidas quanto à possibilidade de encontrar facilmente três homens de cada tribo que soubessem traçar gráficos da terra prometida (Josué 18. 4,8,9).

Coleman (2017, p. 133-134) também cita a descoberta de uma pedra com escritas datada da época de Salomão, aproximadamente em 925 a.C. Isso apresenta fortes indícios de que nessa ocasião já existia a educação escolar. Acredita-se que placas deste tipo eram usadas por crianças israelitas em seus estudos. É provável que as escolas que havia em Israel se destinassem apenas às classes altas. As crianças do povo em geral estudavam em casa, com o pai, que lhes transmitia as leis de Deus. E ele lhes ensinava tão bem que depois eles passavam o mesmo ensinamento aos seus próprios filhos.

Ainda sobre o tema, Coleman (2017, p. 139) afirma que em certa altura, foi designado, entre os levitas, um grupo especial de professores que ficaram encarregados da instrução do povo de Israel. Eles se tornaram então os principais mestres no que dizia respeito à instrução oferecida fora do lar, até a época do exílio. Sobre o método de ensino, sem dúvida alguma se tratava da memorização. Qualquer outra forma de instrução que não adotasse a recitação era olhada com suspeita. Os alunos tinham que recitar longas passagens das escrituras, com perfeição. Alguns trechos eram mais fáceis de ser memorizados que outros, por terem uma métrica ritmada. Muitos textos das escrituras são escritos com duas ou três sílabas tônicas, o que tornava a aprendizagem bem mais agradável.

Já na educação da sociedade judaica, no Novo Testamento, Champlin (2001, p. 962) afirma que quando uma criança atingia seus cinco anos de idade, os pais tomavam um papel mais ativo na sua educação. No caso de famílias mais ricas

era contratado um professor. A educação era focada na questão religiosa, na arte da leitura e escrita. Porém, os meninos também eram treinados em uma profissão qualquer, mas usualmente a de seu pai.

Vaux (2004, p. 72) também afirma que a mãe da criança dava os primeiros elementos de uma instrução, sobretudo moral. Esses conselhos maternos podiam estender-se também aos adolescentes. Entretanto, os moços, ao saírem da infância, eram principalmente confiados aos seus pais. O açoitado e a vara ajudavam nessa formação.

A escola foi uma invenção posterior, sendo criada a partir de Gamaliel, nos dias de Jesus. Gower (20-02, p. 83) cita que as escolas se chamavam a “casa do livro” e as escolas superiores “casa do estudo” sendo a última anexa ao templo de Jerusalém. Ela era dirigida por um professor pago pela sinagoga (local onde se realizavam os cultos judeus). Os professores tinham que ser homens casados e de bom caráter. Grande parte do ensino era feito por repetição e memorização. A escrita era feita sobre cera num tablete de madeira ou até no chão. O único livro didático que tinham era a *taanach* - composto pela Lei, os Profetas e as escrituras que se tornaram o Antigo Testamento Cristão.

A lei tradicional era ensinada desde a idade de dez até quinze anos, e a lei judaica depois desta idade. Os meninos mais brilhantes como Paulo, podiam cursar umas das escolas da lei em Jerusalém, eles se juntaram aos pés de um dos grandes professores quando estes compareciam nas reuniões do Sinédrio - o conselho principal dos judeus. Apenas a partir de 65 d.C. a escola se tornou obrigatória para todos os meninos (GOWER, 2002, p. 83).

Silva (2017, s.p.) também afirma que quando a criança tinha a oportunidade de, além do ofício do lar, aprender na escola dos rabinos, sua rotina não era fácil. A criança passava a manhã inteira na sinagoga, em uma sala com cerca de 25 alunos. A parte da tarde era dedicada ao trabalho que estava aprendendo com o pai. Silva ressalta que na “casa do livro” aprendia-se a ler, escrever, fazer contas e falar em público. A memorização, repetição e resolução de problemas eram os métodos pedagógicos mais usados na ocasião.

Os judeus do primeiro século estudavam, sobretudo, o Antigo Testamento. Para eles, aquele era sua principal fonte de ensino, aliás, tudo o que se aprendia

partia das Escrituras. O cálculo matemático, por exemplo, era ensinado a partir do tempo de duração da vida dos patriarcas ou das profecias que incluem cronologia. A geografia era ilustrada nas guerras de Israel. Já a medicina, por meio das prescrições mosaicas, e assim por diante (SILVA, 2017, S.P).

Além dos ensinamentos em família e nas escolas, Vaux (2004, p. 73) ressalta que o jovem israelita tinha muitas ocasiões para instruir-se. Nas caravanas e junto aos poços ele podia ouvir cantar as “justiças de *lahvé*” (Juízes 5.10-11). À porta da aldeia assistia aos debates dos anciãos, aos julgamentos de litígios, às transações comerciais. A criança ia com seus pais aos santuários (1 Samuel 1. 4,21) ou ao templo de Jerusalém (Lucas 2. 41), onde ouvia cantar os salmos e narrar as recordações históricas que se ligavam a cada uma das grandes festas: a liturgia, como na Idade Média, era um poderoso meio de instrução religiosa.

Com o exposto até aqui, é interessante perceber que a realidade da criança não muda em relação aos dois Testamentos, porém, entende-se que é necessária uma educação mais formal no decorrer dos séculos, do que a educação recebida em casa pelos pais. Contudo, fica claro que mesmo em meio a uma sociedade tão antiga, o que prevalece em relação à criança e ao jovem é o seu valor profissional e acadêmico; o que ambos podem oferecer para o meio em que vivem.

Havia uma priorização da religião e poder pessoal referente à criança desde o seu nascimento, talvez pela própria cultura, a qual quase que pressionava o nascimento de um herdeiro. A criança poderia ser vista com um olhar do que ela poderia trazer para o nome da família, e não um olhar de cuidado pessoal e emocional, o mesmo que acontece com crianças em situação de exclusão social. A sociedade cobra da criança e do jovem o que ela pode agregar para o seu meio, ou seja, uma visão acadêmica, e muitas vezes o cuidado pessoal e emocional da criança fica em segundo plano. Desta forma, nos próximos pontos será abordado uma análise sobre o valor da criança e seu cuidado, de acordo com as Escrituras.

3. O CUIDADO COM O JOVEM – UMA AVALIAÇÃO DE PROVÉRBIOS 22.6

“6. *Dedique-se ao jovem de acordo com o seu caminho, para quando ele envelhecer, não se desvie.*”³

É importante salientar, antes de esmiuçar o texto, que os provérbios são declarações breves e não regras universais, podendo ser interpretadas com bom senso. Os provérbios não declaram tudo a respeito de uma verdade, mas apontam em direção a ela e, conseqüentemente, não é um livro de garantias legais da parte de Deus. Ele deve ser lido como uma coletânea e foi escrito para ser memorável, não para ser teoricamente preciso (FEE & STUART, 2011, p. 278 - 290).

São muitas vezes figurados e apontam para algo real. São práticos e não teóricos. Não têm como objetivo apoiar a vida egoísta e muitas vezes alguns precisam ser traduzidos para serem apreciados. Não são garantias, mas diretrizes para o bom comportamento. São bons conselhos para a sabedoria, mas não são completos. Se empregados de forma errada, podem justificar um estilo de vida errado. Se empregados de forma correta, dão conselhos para uma vida justa. (FEE & STUART, 2011, p. 278 - 290).

Visto isso, pode-se realizar uma análise semântica de Provérbios 22.6, escrito por Salomão, na data de seu reinado, para o povo israelita. Mesmo que algumas traduções optem pela palavra “ensinar”, viu-se, através do hebraico - língua original do texto - que pode se utilizar ambas as palavras: *dedique/treine/ensine*.

Com isso, a Bíblia de Estudo Palavras-Chave (2011), diz que a raiz de “dedicar” no hebraico é “iniciar” ou “disciplinar”, “consagrar”, “instruir”, “educar” e “ensinar”. Verbo que significa “ensinar”, “dedicar”, usado para a educação a ser dada a uma criança (Provérbios 22.6), ou na dedicação de uma casa ou templo (Deuteronômio 20.5; 1 Reis 8.63; 2 Coríntios 7.5).

Entretanto, Santos (2020, s.p.), observa que o uso de *hanak*, palavra em hebraico, para definir “educar”, possui um significado a mais do que simplesmente ensinar a alguém. A palavra foi usada na dedicação de casa (de acordo com Deuteronômio 20.5, por exemplo, qualquer que tivesse construído uma nova residência e não tivesse tido ainda a oportunidade de dedicá-la, “estrelá-la”, estava

³ Tradução própria do autor

dispensado do serviço militar). Já no verso 6 do capítulo 22 de Provérbios, tem o sentido de “iniciar” ou “dedicar” uma criança. Sendo assim, Santos acredita que o texto aponta simbolicamente de lembrar os jovens de sua vocação como seres humanos criados em aliança com o seu Criador.

Contudo, a Bíblia de Estudos Palavras-Chave (2011), chama a atenção à palavra “dedicar”. Ela comenta que essa dedicação não é como o caso de Samuel (1 Samuel 1.11), o qual foi “dedicado” a Deus desde seu ventre, mas sim, falar sobre os princípios de Deus ou uma preparação para a vida adulta.

Em relação à palavra “jovem”, o termo vem de *naar*, cujo significado pode ser jovem, serviçal, juventude. Santos (2020, s.p.) comenta que a palavra “criança” não pode ser aplicada neste versículo, como muitas versões bíblicas a fazem erroneamente, já que a palavra *naar* se encontra também em outros provérbios, com o sentido de “jovem” ou “juventude”, como no provérbio 7.7 contra a mulher adúltera.

Para Santos (2020, s.p.), as versões que utilizam a palavra “criança” podem ter a ideia ligada à questão cultural de seu público, já que quando se emprega, faz ligação com “disciplina” ou “correção”, o que está errado novamente, uma vez que a palavra “disciplina”, em hebraico, *musar*, também é traduzida como “ensino” e “instrução” em outras 19 ocorrências no livro.

Sobre o caminho do jovem, Kidner (1986, p. 142) deixa claro que o emprego de “caminho”, no verso, está ligado ao caminho da própria criança, com seu individualismo e sua vocação, e não ao caminho da vontade de quem a ensina e treina. O papel de quem a ensina, é apenas o de dar direção ao jovem, os quais, sozinhos, podem ir para outras estradas. Porém, é importante lembrar que mesmo que o jovem receba treinamento, conselhos ou direção, ele ainda possui a autoridade de escolher para onde vai.

Lopes (2016, p. 449), porém, ressalta que apenas ensinar o jovem no caminho que ele quer, é inadequado, porque significa apontar uma direção sem o envolvimento verdadeiro na caminhada. É o mesmo que impor um padrão de comportamento para o jovem. Antes, deve se dedicar “no” caminho, o que significa caminhar junto do jovem, pois para Lopes, quando se coloca em prática a forma como agir para o jovem, ele aprende e não se desvia de seu caminho, o que vai contra a última fala de Kidner.

Já Gusso (2012, p. 89) deixa em evidência que o texto não promete que o jovem vai permanecer no caminho ensinado, seja o caminho bom ou mau, pois existem exceções à regra. Para ele, o texto simplesmente está mostrando a regra geral, bem conhecida na atualidade: aquilo que ensinam na infância, normalmente não se esquece, porém, Gusso não nega que pode haver desvios destes ensinamentos para melhor ou para pior.

Stuart e Fee (2008, p. 67) concordam com Gusso, e alertam que o versículo tem sido usado de forma errada, já que em algumas traduções, vê-se escrito “o caminho que a criança deve seguir”, dando a entender que os pais podem garantir que seus filhos crescerão como adultos piedosos, se criados de forma adequada. Stuart e Fee trazem à memória que Provérbios, em sua maioria, se compõe de generalizações, e lembram que as generalizações têm exceções.

A Bíblia de Estudo Cronológica (2015) também chama a atenção que o versículo sugere que os pais devem discernir a individualidade e as qualidades especiais que Deus deu a cada jovem. Muitos pais querem tomar as decisões pelos jovens, mas isso a longo prazo, os prejudica. Quando se ensina os jovens a tomar decisões, não têm que vigiar cada passo que o mesmo dá, pois sabe-se que o jovem entende como se toma uma decisão.

Por conseguinte, a palavra “dedicar” possui o propósito de iniciar o jovem nos princípios de Deus e, conseqüentemente, na vida adulta. E não só isso, é também treiná-lo nesses princípios e dedicar-se a ele, ou seja, constantemente apontar o caminho e ajudá-lo. Usa-se corretamente o termo “jovem” ao invés de “criança”, pelo fato de a palavra no hebraico *naar* ser empregada apenas a jovens em outros versos do livro.

O intuito da palavra caminho no texto, é o caminho do próprio jovem, o caminho quando, uma vez iniciado ou apresentado, este jovem começa a trilhar, e não o caminho de quem o educa e treina. É importante lembrar que mesmo que o jovem seja dedicado e aconselhado constantemente acerca deste caminho, ele pode vir a se desviar da rota iniciada, pois mesmo que orientado, o jovem possui vontade e desejos próprios que o levam a realizar suas escolhas.

E é este o olhar de cuidado que se deve ter para com as crianças e jovens que não possuem uma base familiar sólida. Ambos ficam desamparados, sem

cuidado ou orientação. Deve-se ter um cuidado pastoral para com ambos, de forma que este cuidado possa amparar, apoiar, aconselhar e treinar no decorrer de suas vidas, nos altos e baixos, ensinando sempre ao jovem e a criança a fazer suas escolhas baseado no que é correto, justo e sábio.

4. O VALOR DA CRIANÇA - UM ESTUDO DE MATEUS 19.13-15

“13 Depois trouxeram crianças a Jesus, para que lhes impusesse as mãos e orasse por elas. Mas os discípulos os repreendiam.

14 Então Disse Jesus: ‘Deixem vir a mim as crianças e não as impeçam; pois o Reino dos céus pertence aos que são semelhantes a elas’.

15 Depois de lhes impor as mãos, partiu dali”. (NVI)

Esta passagem de Mateus, ocorrida aproximadamente entre 45-70 d.C., para os judeus, é rica em ensinamentos e princípios. Portanto, para uma compreensão mais eficaz do versículo, é necessário visitar a língua original do texto, a língua grega. Dessa forma, pode-se entender o significado da palavra “criança”, já que no grego cada faixa etária de uma criança é representada por uma palavra específica, diferente da definição de criança que se tem nos dias atuais.

De acordo com o Novo Testamento Interlinear Grego - Português (2004, p. 78), a palavra transliterada usada para designar criança é *paidia*. A concordância Fiel do Novo Testamento Volume II Português - Grego (1997, p. 605), entende *paidia* como crianças. A concordância Fiel do Novo Testamento Volume I Grego - Português (1994, p. 604), também entende como crianças. O Dicionário Vine (2008, p. 520) aceita *paidia* como uma variante textual de *paidarion*, descrito como diminutivo de pais e significa meninos, meninas e rapazes. Já Champlin (1995, p. 435), afirma que a palavra *paidia*, em seu sentido geral, indica crianças, podendo incluir uma ampla gama de idades, desde bebês de colo até crianças crescidas. Diante disso, é possível interpretar a palavra criança usada no versículo como referência a crianças de todas as idades, desde o bebê de colo até os treze anos, pois, a partir desta idade, a criança passava a ser um adulto.

Outro fator importante que Rienecker (1998, p. 327) aborda, é o ato de levarem as crianças para Jesus. Ele explica a ação como um costume do povo judeu

de levar as crianças aos “professores da lei” para que fossem abençoadas, pois a bênção de pessoas tementes a Deus tinha significado de dádiva real (Gênesis 27). Logo, as pessoas que levaram as crianças - provavelmente as mães, agiram tão somente de acordo com o costume da época.

Carson (2010, p. 491), igualmente descreve que nos tempos de Jesus era comum as crianças serem levadas até os rabis e presbíteros para serem abençoadas com a imposição de mãos. Porém, Keener (2004, p.100) relembra que as crianças eram socialmente impotentes e dependentes, muitas pessoas praticavam o ato de procurar serem abençoadas ou receber orações pelos mestres, mas muitos não olhavam para a criança como um indivíduo que precisasse disso.

Sobre a imposição de mãos e oração, Champlin (1995, p. 435) destaca que as mãos eram e continuam sendo símbolos de oração e bênção (isso explica porque algumas versões bíblicas não citam orar e abençoar, mas apenas o impor as mãos, denotando no final da perícopé que houve bênção através do ato de imposição). Para Champlin, há, com certeza, um benefício moral e espiritual através do ato de Jesus, ato esse que demonstra um exemplo de preocupação com a criança, revelando que elas também podem ser salvas e precisam ouvir do evangelho.

Logo, pode-se afirmar, com base na pesquisa do versículo, que as crianças levadas até Jesus não possuíam especificação de gênero e nem faixa-etária, podendo ser desde uma criança de colo até a idade de treze anos. O ato de levar os pequeninos para serem abençoados era costume da época e a imposição de mãos denotava justamente bênção espiritual na vida de quem as recebesse. O ato de Jesus, igualmente, demonstra uma preocupação com a criança e sua salvação, o que faz lembrar que a criança também é um indivíduo em potencial para o evangelho.

Seguindo adiante, no verso 14 há uma advertência por parte de Jesus para com os discípulos que repreenderam a proximidade das crianças. Lopes (2006, s.p.) aponta que os discípulos o fizeram pelas seguintes razões: em primeiro lugar, a preocupação com Jesus, pois Ele estava a caminho para Jerusalém para ser preso e o mesmo demonstra primeiramente cuidado com as crianças. Em segundo lugar, a dúvida acerca do entendimento das crianças em relação aos ditos de Jesus, já que ambos devem ter julgado as crianças incapazes de discernir as coisas espirituais, e

assim procuraram mantê-las longe. E por último, o esquecimento dos próprios discípulos com respeito às crianças; eles devem ter pensado que as crianças estavam aquém da possibilidade de serem salvas.

Contudo, Jesus trata esta ingênua ideia no decorrer de sua fala: “[...] pois o Reino dos céus pertence aos que são semelhantes a elas [...]”. Sobre o termo “Reino dos céus” usado no versículo, Champlin (2001, p. 623) afirma que não há diferença entre os termos “Reino de Deus” e “Reino dos céus”, já que a expressão escolhida por Mateus diz respeito a questões vinculadas ao judaísmo. Uma vez que seu evangelho foi escrito para judeus era sabido que ambos tinham um respeito pelo nome de Javé, dessa forma, Mateus escolheu o termo “Reino dos céus” em seu escrito. Champlin ressalta que o termo “Reino dos céus” no livro de Mateus alude ao esperado reino messiânico, ao governo do Messias sobre o trono de Davi.

Porém, Vine (2008, p. 936-937) relata que a expressão “Reino dos céus” acontece quatro vezes no livro de Mateus, sendo a única expressão no Novo Testamento. Para Vine o Reino dos céus é idêntico ao Reino do Pai (Mateus 26.29) e ao Reino do Filho (Lucas 22.30), sendo apenas um Reino, o qual concerne no futuro, Reino Messiânico, e no presente, quando o homem pertence ao Reino.

Depois de analisar alguns termos necessários para a compreensão do versículo, é de suma importância também discorrer sobre a fala de Jesus “o Reino dos céus pertence aos que são semelhantes a elas”. Rienecker diz que o motivo da fala de Jesus foi pelo fato de a criança ser humilde e ter confiança:

Em decorrência de sua humildade, uma criança sempre está pronta a receber presentes; ela sabe da sua pequenez diante dos “grandes”. Além disso, a criança tem uma confiança não fingida de que o pai quer seu bem. Por isso, talvez se possa responder à pergunta pela importância que Jesus dá ao fato de ser criança, com a simples observação que ela possui o privilégio de chamar alguém de “pai” (Mateus 6.4; Romanos 8.14). Esse privilégio, porém, adquire importância unicamente porque Jesus nos traz o Pai. (RIENECKER, 1998, p. 327).

Rienecker (1998, p. 327) também continua enfatizando que os adultos devem ser como a criança, entregar-se simples e singelamente a Deus. Ele também ressalta que Cristo não fala sobre a “inocência” da criança, já que no tempo de Jesus não havia a moderna glorificação romântica da mesma.

Bruce (2005, p. 185) concorda com Rienecker e afirma que a infância não se prende nas distinções de posição, as quais são resultado do orgulho humano e das recompensas cobijadas pela ambição humana. Um filho de um rei brincar, sem hesitação, com o filho de um mendigo, assim, inconscientemente a criança declara a insignificância das coisas nas quais os homens atribuem valor.

Lopes igualmente menciona a humildade da criança. Ele diz o seguinte:

as crianças vêm a Cristo com total confiança. Elas creem e confiam. Elas se entregam e descansam. Devemos despojar-nos da nossa pretensa capacidade e sofisticação e tornarmo-nos para a simplicidade dos infantes, confiando em Jesus com uma fé simples e sincera. Jesus está dizendo que o reino de Deus não pertence aos que dele se acham “dignos”, ao contrário, é um presente aos que são “tais” como crianças, isto é, insignificantes e dependentes. Não porque merecem recebê-lo, mas porque Deus deseja conceder-lhes (Lc 12.32). Os que reivindicam seus méritos não entrarão nele, pois Deus dá o seu reino àqueles que dele nada podem reivindicar (LOPES, 2006, s.p.).

Não obstante, Lopes (2006, s.p.) também trata sobre a “inocência” da criança. Ele diz que as crianças não são “anjinhos”, pois elas são briguentas (I Coríntios 3.1-3), imaturas (Hebreus 5.13), fáceis de seduzir (Hebreus 6.4), imprudentes (I Coríntios 14.20), volúveis (Efésios 4.14) e dependentes (Gálatas 4.1-2).

Para Champlin (1995, p. 435), a afirmação de Jesus significa que todos são candidatos ao benefício do Reino, e não somente os que são tachados de inteligentes, nobres ou importantes. No sistema de Cristo, qualquer membro da humanidade é importante, e isso está presente no próprio evangelho de Jesus.

A Bíblia de Estudo da Reforma (2017, p. 1.589) expõe como significado da fala de Jesus que somente aqueles que são humildes e dependentes de Deus, como uma criança, podem desfrutar dos benefícios de seu Reino. Já a Bíblia de Estudo Cronológica (2015, p. 1.427), comenta sobre o grande contraste da receptividade das crianças com a obstinação dos líderes religiosos, os quais permitiam que sua educação e sofisticação fossem um obstáculo para a fé simples, que era necessária para que crescem em Jesus.

Sendo assim, depreende-se que o Reino dos céus mencionado por Jesus é o Reino de Deus, de Seu filho [Ele] e de todos os cristãos, inclusive as crianças. Elas possuem valor e lugar importante, à medida em que também são colocadas

como exemplo. Entretanto, o são por causa de sua humildade ao não colocarem o seu “eu” em primeiro lugar, reforçando a assertiva de que, como são pecadoras, a salvação não é por obras e não escolhe pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da presente pesquisa, pode-se perceber que, não tão longe, há uma criança ou um jovem trabalhando em um semáforo, jovens de ambos sexos se prostituindo, crianças que estão na rua desde os dois anos porque foram abandonadas pelos pais que são viciados, crianças que passam fome e precisam trabalhar para ajudar em casa, famílias que sofrem preconceito por não ter casa e pelos filhos andarem desarrumados e sujos.

É desumano olhar para esse jovem e essa criança e perceber que não possuem as coisas mais básicas da vida – como um banho por dia, três refeições, cama e cobertas quentinhas. É mais desumano ainda apenas enxergar neles trombadinhas, bandidinhos sem futuro, estupradores, fora da lei, pessoas sem concerto. É crime olhar para uma criança em situação de exclusão e exigir dela educação e saúde emocional.

Uma criança e um jovem que vive nessa realidade não deve ser despejado em um depósito de negligentes, não precisa apenas de formação acadêmica, muito menos de uma cesta básica. Eles precisam ser olhados, antes de tudo, da mesma forma que Jesus olhou para aquelas crianças que foram apresentadas para Ele. Jesus olhou para alguém que confia em quem lhe ajuda e lhe dá a mão, alguém que antes de tudo é um ser humano, e só por ser um ser humano precisa da salvação em Cristo, alguém que em seu íntimo entende e torna Jesus seu único Rei.

Há, mesmo que pequena, uma relação da criança de hoje com a criança israelita. Observa-se no Novo Testamento que a prioridade apresentada para as crianças desde o seu nascimento, é a importância do poder, propósito, e conhecimento das leis religiosas. Isso reflete primeiramente na escolha do nome da criança, a qual já estabelece a fraqueza ou a força da mesma, antes dela provar o contrário. O direito de primogenitura igualmente deixa claro que o propósito para o qual se nasce é mais forte e melhor do que simplesmente existir, já que quando se é

o primogênito há preferências em relação ao tratamento recebido. Sobre a educação, é perceptível a prioridade sobre as leis religiosas, as quais são necessárias para haver organização na sociedade, mas será que apenas isso basta?

Contudo, Provérbios 22.6, como conselho ou diretriz, ensina seus leitores o ato de se dedicar aos jovens. Não é uma regra, mas talvez um alerta para alguns, da importância de um olhar cuidadoso para com os jovens, de apoiar e de aconselhar seu caminho em relação às suas escolhas e seu caráter, baseando-se em uma sabedoria que provém de Deus.

É possível observar também que em Mateus 19. 13-15, o Reino dos céus, o qual Jesus fala, é o Reino de Deus, de Jesus, do Filho de Deus; é o Reino a qual todos cristãos pertencem, não apenas um Reino Messiânico, separado da Salvação do agora, mas um Reino que os filhos de Deus herdaram através de Cristo. O valor da criança também fica claro, pois este Reino que Jesus cita pertence àqueles que são como crianças. Não pela sua santidade, porque a criança nasce pecadora e deve ser disciplinada no decorrer de seu crescimento, mas por causa de sua humildade, onde ela permite chamar Deus de Rei e não coloca em seu trono o seu “eu”. Onde ela confia em quem lhe dá a mão e crê, pela fé, que o seu guia a protege. A criança é o próprio exemplo de que a salvação não é por obras e não escolhe pessoas. Isso revela o valor da criança para Jesus e seu Reino.

Este é o valor de uma criança para Jesus, seja ela quem for, seja qual for seu passado ou sua realidade. Ela tendo família ou ter sido abandonada, ela sendo um ladrão ou uma prostituta. Jesus olha para essa criança ou esse jovem e vê neles um agente em potencial para a Salvação. Um jovem que precisa de cuidado em sua caminhada, que precisa ser ensinado a fazer suas escolhas da forma justa e correta, um jovem que tem em quem se apoiar, que tem um conselheiro, um professor, um treinador, que caminhe com ele, como foi tratado em Provérbios. Precisa-se de pessoas que olhem para as crianças e jovens com um olhar de valor e cuidado, assim como Jesus os viu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BÍBLIA. Grego. **Novo Testamento Interlinear Grego - Português**. Almeida Revista e Atualizada. 4ª Ed. Barueri SP: SBB, 2004. cap 19. vers 13-15.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Estudo Cronológica Aplicação Pessoal**. Almeida Revista e Corrigida. Rio de Janeiro: CPAD, 2015. cap. 19. vers 13-15.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Estudo Palavras - Chave Hebraico e Grego**. Almeida, revista e corrigida. Rio de Janeiro: CPAD, 2011.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Estudo da Reforma**. Almeida Revista e Atualizada. Barueri - SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017. cap 19. vers. 13-15.

BRUCE, B. A. **O Treinamento dos Doze**. São Paulo: Arte Editorial, 2005.

CARSON, A. D. **O Comentário de Mateus**. São Paulo: Shedd Publicações, 2010.

KEENER, S. C. **Comentário Bíblico Atos: Novo Testamento**. 1ª Ed. Belo Horizonte: Editora Atos, 2004.

CHAMPLIN, N. R. **Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia**. Volume 1. 5ª Ed. São Paulo: Editora Hagnos, 2001, p. 962.

CHAMPLIN, N. R. **O Novo Testamento Interpretado Versículo por Versículo**. Volume 1. 10ª Ed. São Paulo: Editora Hagnos, 1995.

COLEMAN, L. W. **Manual dos Tempos e Costumes Bíblicos**. 1ª Ed. Belo Horizonte: Editora Betânia, 1991.

COLEMAN, L. W. **Manual dos Tempos e Costumes Bíblicos**. 2ª Ed. Curitiba: Editora Betânia, 2017.

CRIANÇA. in: **Dicionário Vine**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2008. p. 520.

FEE & STUART. **Entendes o que lês?** São Paulo: Vida Nova, 2011.

GOWER, R. **Usos e Costumes dos Tempos Bíblicos**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: CDD, 2002.

GUSSO, A.R. **Os Livros Poéticos e os de Sabedoria**. Curitiba: AD Santos, 2012.

JUNQUEIRA, L. **Abandonados**. São Paulo: Ícone Editora, S.A.

KIDNER, D. **Provérbios: Introdução e Comentários**. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 1986.

LOPES, D. H. **O Lugar das Crianças no Reino de Deus**. Abril, 2006. Disponível em: <<http://hernandesdiaslopes.com.br/o-lugar-das-criancas-no-reino-de-deus/>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

LOPES, D. H. **Provérbios: Manual de Sabedoria para a Vida**. São Paulo: Hagnos, 2016.

MEDEIROS, M.; GONTIJO, T. D. **Crianças e Adolescentes em Processo de Exclusão Social**. Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/viewFile/311/252>>. Acesso em: 15 abril. 2020.

OLIVEIRA, C. F. **Meninos de Rua: Culpados ou Inocentes?** Minas Gerais: AME Menor, S.A.

PAIDIA. in: **Concordância Fiel do Novo Testamento**. São José dos Campos - SP: Editora Fiel, 1997, v 2, p. 605.

PAIDION. in: **Concordância Fiel do Novo Testamento**. São José dos Campos - SP: Editora Fiel, 1994. v 1, p. 604.

REINO. in: **Dicionário Vine**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2008. p. 936.

RIENECKER, F. **Evangelho de Mateus. Comentário Esperança**. 1ª Ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1998.

SANTOS, D. **A Proposta Pedagógica de Provérbios 22.6**. Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://cpaj.mackenzie.br/wp-content/uploads/2020/01/Fides-V-13-N1.pdf>>. Acesso em: 10 abril. 2020.

SARMENTO, M. J. **Pobreza, Exclusão e Políticas Públicas inclusivas para a Infância**. Novembro, 2010. Disponível em: <https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/09/ST-Pobreza_Manuel-Jacinto-Sarmento_Colóquio-2010.pdf>. Acesso em: 15 abril. 2020.

SILVA, R. **A Educação nos dias de Cristo**. Setembro, 2017. Disponível em: <<https://noticias.adventistas.org/pt/coluna/rodrigo-silva/educacao-nos-dias-de-cristo/>>. Acesso em: 16 mar. 2020.

STUART, D.; FEE, D. G. **O Manual de Exegese Bíblica: Antigo e Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2008.

VAUX, R. **Instituições de Israel no Antigo Testamento**. 1ª Ed. São Paulo: Vida Nova, 2004.